

## A ATUAÇÃO DA *LUMBER COMPANY* NO PLANALTO NORTE CATARINENSE E SEU IMPACTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### THE LUMBER COMPANY'S OPERATIONS IN PLANALTO NORTE CATARINENSE AND ITS IMPACT ON REGIONAL DEVELOPMENT

Alexandre Assis Tomporoski<sup>1</sup>  
João Venâncio Schiessl Scherer<sup>2</sup>

#### RESUMO

Dentre os capítulos já contados da história do Contestado, é central e recorrente o papel da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, na determinação dos caminhos e da vida daquela distinta região. Inicialmente como grande empresa colonizadora através da exploração madeireira e a instalação ferroviária figura como a responsável por implementar e possibilitar o desenvolvimento social, tecnológico e financeiro para o local. Entretanto no desenrolar da história desde o momento em que se instala naquele território, até seu vexatório fim foi grande causadora de injustiças, que refletiram nos habitantes, no mercado estadual e com significativa parcela na economia nacional, deixando resquícios incorrigíveis no tocante a violação de direitos e na estagnação econômica. O presente artigo pretende contribuir para o já vasto campo das pesquisas sobre o Contestado, através das sugestões teórico-metodológicas inseridas pelas perspectivas da História Social Inglesa, sob a luz das noções sugeridas por Thompson valorizando assim os efeitos dos acontecimentos históricos nas grandes massas verdadeiramente impotentes diante do poder do capital e das decisões impostas pelo estado. Os fatos que justificam o presente trabalho são baseados nas decisões políticas, que amiúde beneficiaram interesses particulares, concessões e favorecimentos que desde a instalação da *Lumber Company* em 1910 impactaram de forma negativa no desenvolvimento regional, deixando um legado evidenciado pela devastação, a violação de direitos, a paralização de importantes setores econômicos, e o abandono de perspectivas coletivas para a manutenção do poder e o enriquecimento pessoal.

**Palavras-chave:** Contestado. Política. "*Lumber Company*".

---

<sup>1</sup>Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Universidade do Contestado (UnC). Santa Catarina. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3042-7844>. E-mail: [alexandre@unc.br](mailto:alexandre@unc.br)

<sup>2</sup>Graduando em Direito. Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [assis.historia@gmail.com](mailto:assis.historia@gmail.com)

## ABSTRACT

Among the chapters already told in the history of the Contestado, the role of the Colonization and Wood Company of Southern Brazil is central and recurring, in determining the paths and life of this distinct region. Initially, as a large colonizing company through logging and railway installation, it is responsible for implementing and enabling the social, technological and financial development of the place. However, throughout history, from the moment it settled in that territory, until its vexing end, it was a major cause of injustices, which were reflected in the habitants, state market and with a significant portion of the national economy, leaving remnants incorrigible in relation to the violation of rights and economic stagnation. This article aims to contribute to the already vast field of research on the Contestado, through theoretical and methodological suggestions inserted by the perspectives of English Social History, in the light of the notions suggested by Thompson, thus valuing the effects of historical events on the great masses, truly powerless in the face of the power of capital and the decisions imposed by the state. The facts that justify the present work are based on political decisions, which often benefited specific interests, concessions and favors that, since the installation of the Lumber Company in 1910, have had a negative impact on regional development, leaving a legacy evidenced by the devastation, for the violation. rights, the paralysis of important economic sectors and the abandonment of collective perspectives for the maintenance of power and personal enrichment.

**Keywords:** Contested. Politics. "*Lumber Company*".

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa situa-se no âmbito dos estudos sobre o território do Contestado, e mais especificamente no Movimento Sertanejo do Contestado, que constitui um complexo movimento social ocorrido na região do Planalto Norte Catarinense e Sul do Paraná, entre os anos 1912 e 1916. Vale salientar que pontos importantes da história daquele território, estão delimitados ao recorte temporal em que aconteceu o conflito, porém existem resquícios e marcas que nem o tempo ou os cidadãos foram capazes de resolver na trajetória desta região.

O Movimento Social do Contestado durante décadas foi desconsiderado e tratado apenas como um conflito oriundo de um fenômeno religioso milenar e messiânico, visão que interessava apenas aos governantes e as classes dominantes, mas que corrompeu sua imagem e que só pôde ser modificada a partir de esforços de pesquisadores no início dos anos 2000, através da sofisticação teórico metodológica que trouxe nova interpretação da temática colaborando para a superação de antigos

mitos historiográficos, estereótipos e preconceitos, dando uma nova abordagem histórica do conflito que até hoje marca a história da região.

Os mitos reproduzidos através do tempo menosprezavam a história do verdadeiro povo do chão Contestado, e refletiam negativamente nos verdadeiros protagonistas da árdua e sofrida batalha por direitos e reconhecimento. O primeiro episódio de injustiça deu-se como já apresentado no início do século XX, com o conflito realizado para defesa do direito à terra pelos sertanejos que vivam no Contestado, em grande parte contra os governos estaduais, mas também contra milícias, ou organizações paramilitares que atuavam na segurança de empresas e grandes fazendeiros.

A colonização do território do Contestado se deu de forma mais intensa na segunda metade do século XVIII, através da ocupação de terras por posseiros. Quando ainda um sertão, era cruzado por tropeiros que necessitavam de paragens e também mantimentos para a longa viagem que realizavam com suas comitivas. Os tropeiros ao passarem pelas paragens principalmente com direção ao sudoeste do país, realizavam trocas o que possibilitava a população local realizar negociações e oferecer mercadorias típicas, essas advindas da agricultura de subsistência e da extração das matas nativas, como por exemplo, a erva mate que se tornou um grande e importante mercado a partir do final do século XIX.

A população em sua maioria cabocla, espalhava-se juntamente com imigrantes que procuravam uma porção de terra para se estabelecer e produzir. Os hábitos do povo, relacionados talvez a condição comum, eram coletivos, sendo relatados situações como o puxirum, um mutirão onde os homens de uma localidade se uniam e realizavam a roçada ou a preparação de um terreno para a plantação, realizando em um só dia o trabalho o que um homem só levaria vários dias. Tradicionalmente também eram repartidos os frutos da produção, sejam as colheitas das plantações, a extração de produtos nativos, ou ainda, ao abate de um animal a divisão da carne entre os vizinhos. São comuns as recordações entre os mais idosos da região do tratamento mutuo solidário e cordial estabelecido entre aqueles considerados iguais.

No entanto, todos por mais que pessoas de bem e conformados com a simplicidade de sua existência, não puderam aproveitar o sossego e a paz em sua porção de terra por muito tempo, pois o progresso pedia passagem e era necessário que eles dessem espaço. Devido à ausência do Estado bem como a precária

formação educacional e a falta de informações, em dado momento as terras são paulatinamente dominadas por coronéis e grandes comerciantes, que arbitravam quem poderia viver e quem deveria ir embora daquelas localidades, sufocando cada vez mais os miseráveis, ou fazendo-os trabalhar em troca de uma morada e baixíssimas remunerações. Não suficiente o poder dos déspotas locais, em nome do progresso são concedidos imensos benefícios à empresários estrangeiros que sem comprometimento com sua parte no acordo começam a explorar indeterminadamente as grandes riquezas da região.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente através de bibliografia minuciosamente escolhida, foi possível o entendimento das nuances que demandam melhor entendimento do passado para uma explicação mais sucinta das situações presentes. Nestes textos foi incessante a necessidade de maiores esclarecimentos a respeito dos rumos tomados após a desapropriação da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, principalmente os atributos políticos relacionados as decisões que impactaram negativamente o desenvolvimento daquela região.

A partir de uma perspectiva que buscou em aspectos da História Social Inglesa, evidenciando as narrativas propostas por Thompson, dado o enfoque no entendimento “que os de baixo” tem da realidade, e da interação desta concepção com as teorias acadêmicas discutidas, valorizando assim sua visão de mundo, cabe igualmente a discussão sob o prisma da ética, da política e do direito no que concerne as consequências desencadeadas para o desenvolvimento da região.

## **A RECEPÇÃO DA LUMBER COMPANY**

Referência temporal para história geral a Guerra do Contestado é um importante episódio da história brasileira, o conflito demonstra como o povo resiste a imposições dos que os querem fazer submissos, defrontando adversários que mancomunados e injustos gozam de extensa vantagem bélica e financeira. As batalhas em terras contestadas se dão devido à instabilidade pré-existente na divisa entre os estados de Paraná e Santa Catarina. A questão de terras se dá pela seguinte

discussão judicial quanto ao pertencimento dessa região a um dos estados. Essas questões mais que a rixa entre vizinhos, trata do poder sobre uma longa extensão territorial, que legalmente estava subordinada hora a um, hora a outro vizinho, causando assim ainda maior alvoroço quanto ao estabelecimento de colonizadores que pudessem desenvolver social e economicamente o local.

Os fatos ocorridos quanto a disputa de território e a instabilidade se arrastam por anos, sendo a região contestada pertencente inicialmente ao Paraná que concedia a posse das terras consideradas devolutas e as registrava, enquanto Santa Catarina fazia o mesmo, sendo necessário que houvesse a intervenção por parte das forças militares e paramilitares para garantir a propriedade de pessoas que passavam a representar a posse do estado que lhe concedeu a terra. Entretanto, enquanto não havia resolução da contenda, sorrateiramente ganhava terreno uma gigantesca potência, a qual por concessão federal já tinha planos e possibilidades avançadas para aquelas terras.

Pertencente ao Sindicato Farquhar, a *Brazil Railway Company* – empresa americana pertencente ao consórcio formado por empresas de navegação, madeireiras, seringais, indústrias de papel, frigoríficos, hotéis, empresas de telefonia, eletricidade, portos, bondes, fazendas de gado, mineração, etc. – por concessão federal recebeu o controle da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, a partir de 1908 e como estabelecido em contrato com o Governo, teria direito a explorar quinze quilômetros para cada lado da via, afim de aproveitar melhor as suas riquezas naturais.

Devido a outorga federal, Farquhar poderia se utilizar dos benefícios das matas para desenvolver ali um empreendimento que possibilitasse a região o crescimento econômico. Entretanto ao realizar o contrato com a *Brazil Railway Company* o governo brasileiro declara a terra devoluta, ignorando milhares de posseiros que ali viviam, desapropriando assim 6.696Km<sup>2</sup> o equivalente à 276.694 alqueires. O contexto da época tendia a um desfecho trágico pois considerando o poderio econômico da empresa em questão está não teve dificuldade de acessar as camadas mais importantes da política a fim de que os seus interesses fossem garantidos pelos estados do Paraná e Santa Catarina.

A recepção da *Lumber Company*, subsidiária da *Brazil Railway* dentre os governos dos estados foi a melhor possível. Não houve qualquer oposição, pois

devido à extensa disputa, independente do resultado final da batalha judicial, quem ficasse com a posse do território seria beneficiado pela ferrovia e pelo gigante empreendimento instalado as suas margens que renderiam impostos e também o tão sonhado desenvolvimento regional.

A *Lumber Company* se instalou na cidade de Três Barras, até então Paraná, no ano de 1910, e inicialmente reconduziu cerca de 2000 trabalhadores da linha férrea para o empreendimento, dentre eles brasileiros e estrangeiros atraídos pela promessa de altos salários e boas condições de trabalho. A serraria contava com um processo industrial altamente mecanizado com elevada organização técnica, isso alinhado a facilidade da extração da matéria prima feita com Maquinas a Vapor, que guinchavam imensas árvores que distavam até 500 metros da via. A proximidade da via férrea garantia também o rápido escoamento da produção, para o porto de São Francisco, ou demais cidades do País.

Analizados os fatos da instalação da *Lumber Company*, cabe inferir que esta transformou profundamente o local onde se instalou, e todos que ali a viam, imaginavam que a região só teria a colher bons frutos com tão robusto empreendimento. Como podemos ver através de matéria publicada no jornal Diário da Tarde do Paraná em 06 de novembro de 1911:

Parece reservado um bello futuro à zona onde a S. B. Lumber e Cia. Acaba de construir seu grande engenho de serra. Dispondo dos mais modernos aparelhos de trabalhos a madeira e conhecendo os meios mais práticos e productivos actualmente em vóga nos Estados Unidos, aquellos lumbermen, verdadeiros profissionaes da madeira, contam pela certa, com os ganhos vantagens e que já lhes dão direito ao grande trabalho e enorme capital despendido na empresa.

Com motor de força effectiva de 1600 cavalos e uma installação da capacidade máxima de 1200 duzias de taboas diariamente pretendem os americanos dar um enorme, senão, um extraordinário impulso, à nossa indústria de madeiras.

[...]. Dispõe a companhia de grande e já suficiente reserva florestal, capaz de fornecer-lhe durante 30 anos a matéria prima. Não será uma devastação brutal e inintelligente. Lançar-se à mão dos processos americanos de exploração florestal, em que entram por muito a conservação de uma porcentagem avulta de árvores e o replantio systematico de espécies apropriada que maior vantagem oferecem, pela qualidade da fibra e pela precocidade de crescimento.

As Três Barras que são já um risonho núcleo de povoamento, hão de forçosamente progredir para em época não remota transformar-se num centro de regular actividade indústria – comercial e até agrícola.”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>DIARIO DA TARDE, nº 3956, ano XIV, 06-11-1911 p.1 – Existem outras edições do mesmo periódico que trazem notícias no mesmo sentido, valorizando o trabalho que seria realizado pela construtora,

Porém, desde a construção da via férrea a companhia estrangeira já vinha causando problemas para os posseiros que habitavam o local. As principais transformações se dão na retirada dos pinhais para utilização na serraria e dos posseiros, seja do traçado pretendido para construção, ou ainda, dos 15 quilômetros de suas margens conferidos para a exploração da madeira. Estes fatos levam a consequências desastrosas para as famílias que ali habitavam e dependiam das pequenas áreas que habitavam e tinham para produzir seu alimento e retirar a erva mate que possibilitavam sua subsistência.

## **A VIOLÊNCIA DO PROGRESSO**

O progresso esperado com a instalação do empreendimento madeireiro, advinha do aproveitamento da mão de obra já existente, pois de maneira articulada uma grande empresa poderia oferecer inúmeros empregos, após a retirada da madeira ceder, vender ou arrendar os terrenos e permitir que os lavradores que ali viviam organizassem lavouras e ainda permanecer lucrando com o escoamento da produção. O que se esperava desde a notícia da instalação de Empresa Estrangeira no território em questão era o aproveitamento do conhecimento, das técnicas em prol do desenvolvimento da região. Portanto, análise feita partir de um olhar nobre, havia expectativa quanto ao que seria realizado, do que teoricamente deveria ter acontecido naquelas terras, e mais, poderia ser cobrado pelos Governos Federal e Estaduais, como uma compensação pelos inúmeros benefícios concedidos, sendo convertidos minimamente na utilização e aperfeiçoamento do seu povo para que este se desenvolvesse social e economicamente.

Pretendendo objetivamente alavancar seus negócios e manter-se aquém de problemas judiciais e de sanções do estado ao instalar-se na região a empresa estrangeira admitiu em seu corpo de funcionários *representantes de seus interesses junto aos governos estaduais* sendo no Paraná o vice-governador Afonso Camargo, e posteriormente em Santa Catarina o advogado lajeano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos. A estreita ligação entre os representantes de seus interesses e o governo dos estados representa o poder da companhia junto a esfera

---

seu potencial e até mesmo defendendo o congelamento de impostos por 30 anos para o desenvolvimento da indústria.

---

administrativa, e como a companhia conseguiria rapidamente intervir em seus próprios caminhos, sendo o estado completamente inerte quanto as ações da empresa dentro do território.

A observação crítica dos fatos, que através da pesquisa bibliográfica e documental nos foram apresentados, demonstram que a *Lumber Company* teve importante papel na deflagração dos conflitos do Contestado, uma vez que ao cobrar os territórios cedidos pelo governo federal expulsou uma grande quantidade de posseiros. Isto fica expresso como demonstra Machado (2004):

O engenheiro Érico Gréseck, designado pelo governo do estado de Santa Catarina para realizar as medições dos terrenos devolutos que o estado estava cedendo à Companhia Southern Brazil Railway, empresa concessionária da Ferrovia São Paulo – Rio Grande, no vale do rio do Peixe, em 1913, afirma que a região estava pronta para receber imigrantes, embora houvesse divergências quanto ao número de propriedades regularizadas na região (discutia-se entre quatro ou sete propriedades, número ínfimo para um vale com mais de 200 quilômetros). O corpo de seguranças particulares da Brazil Railway já havia ‘limpado’ a região da presença de intrusos.

As violentas investidas da companhia se dão de forma perversa, principalmente sobre os mais humildes, porquanto não era acompanhada de qualquer representante legal do estado, e aconteciam de forma abrupta indicando aos posseiros que as terras foram dadas a companhia pelo governo federal. Os responsáveis por tais investidas eram comumente seguranças contratados pela empresa, estes que chegaram a soma de trezentos capangas superando em número a guarda oficial do estado que na época contava com cerca de duzentos e oitenta homens.

Neste contexto é nítido que a interferência da grande empresa começa a pesar negativamente sobre a vida dos sertanejos que viviam na região, tornando a vida cada vez mais difícil para camada mais pobre da sociedade. Aqueles que se opunham a ordem dos pistoleiros da empresa eram friamente assassinados, e aqueles que restavam eram escorraçados e tinham de fugir sem um paradeiro. Da mesma forma muitos proprietários e trabalhadores que retiravam madeiras de terras no entorno que foram sendo adquiridas pela companhia foram afastados dos territórios, sendo impossibilitados de desenvolver suas atividades nas matas, tendo de buscar outra região para sobreviver.

Há também outras consequências da instalação da via férrea na região, a decadência da atividade dos tropeiros que interferiu diretamente na possibilidade de

negociação de produtos e fazendo assim decair também muitos comércios, estalagens e invernadas que serviam de suporte para a atividade, contando ainda com a elevação do valor das terras impedindo a compra das mesmas por quem não tinha grandes capitais.

Com as implicações sofridas pelos sertanejos, não resta outra alternativa senão a de se unir em prol da posse de suas terras, não unicamente contra a companhia exploradora, mas contra o desprezo dos governos e a impossibilidade de manter-se trabalhando e se sustentando honestamente.

Fica claro que há um menosprezo pelos caboclos que vivem na região em razão do estado permitir a exploração da madeira por companhia estrangeira e conseqüentemente oferecer as terras aptas para receber imigrantes, sendo a retirada dos posseiros e da mata um ato de limpeza necessário para se instalarem compradores de origem europeia com maior capital, considerados capazes de desenvolver a economia local.

Desta forma encontram-se evidências de que o estado foi diretamente conivente com as desordens promovidas pela *Lumber Company*, e que esta, com vil interesse não se ocupou de oferecer minimamente a possibilidade de desenvolvimento para os moradores estabelecidos no território. Não se sabe ao certo em que medíocre cabeça surgiu a ideia de que a ocupação por imigrantes europeus seria mais vantajosa ao estado, no entanto a torpe inteligência de nossos antigos governantes permitiu a inicial desolação de famílias, como se fossem meros alvos na mira do progresso.

## **DE GRANDE ESPERANÇA A PROBLEMA DA NAÇÃO**

A privatização das terras do Contestado, bem como a proibição dos posseiros e sitiantes de adentrar as terras para retirar a madeira e a erva mate, torna a situação insustentável. Quando tratamos do planalto norte de Santa Catarina essa conjuntura leva a aderência do povo ao movimento Social do Contestado. Este cenário leva ao trágico desfecho já conhecido com a morte de milhares de sertanejos nas batalhas travadas com as forças estaduais e nacionais, até o termino da guerra em 1916.

O que concerne ao capital estrangeiro, a *Lumber Company* mantém-se atuando no planalto norte Catarinense, sob seu controle, até 1940 quando é estatizada pelo então presidente Getúlio Vargas. O fim vexatório da companhia tardou a acontecer,

visto que esta e demais empresas do sindicato Farquhar já estavam em concordata, não homologada pela justiça brasileira, desde 1917, devido aos problemas gerados pelo opulento empresário americano junto aos seus credores. O império desenvolvido foi graças a formação da *holding* de Farquhar que captava recursos de investidores majoritariamente nos Estados Unidos, Inglaterra e França, e investia em negócios no Brasil.

Devido ao não pagamento dos dividendos para os investidores as empresas do grupo acabam por prejudicar de forma significativa a economia nacional, visto que eram responsáveis por diversos setores de suma importância para o desenvolvimento e enriquecimento do país, tais quais o ferroviário, portuário, energético e de colonização. A *Lumber Company* acaba por inferir negativamente apenas no mercado madeireiro, isso por contrariar os acordos firmados pelos sindicatos patronais quanto aos preços no comércio e exportação dos produtos. Era tanta desfaçatez que a empresa alegava problemas com a matéria prima e transporte para justificar os preços, sendo que gozava das melhores condições para produzir devido as concessões do estado.

Dado a degradante situação do Grupo Farquhar no ano de 1940, a *Lumber Company*, assim como os demais empreendimentos estrangeiros são incorporados ao patrimônio da União, onde quem assume o controle dos negócios é o Exército Nacional por superintendente nomeado. Os anos subsequentes são de grande infortúnio aos operários que trabalhavam para companhia predispostos ao tratamento dos oficiais que passaram a conduzir a produção, e os constantes atrasos salariais por parte da administração.

Sendo de tal maneira insustentável a situação a proposta do governo federal é de vender a companhia conforme edital lançado no ano de 1949, que por concorrência pública oferecia o patrimônio completo da *Southern Lumber Brazil Colonization*. O patrimônio da empresa incorporada seria oferecido segundo condições do edital, onde no ano de 1950 foi concretizada a venda ao consórcio de empresas formados pela Cia. Terra e Pinho, Groppe S.A., e Cia. Madeiras Del Alto Paraná, controladas pelo empresário Alberto Dalcanale, que atuou na colonização do sudoeste do Paraná e Santa Catarina.

São encontradas diversas situações de irregularidade quanto a venda do patrimônio da empresa incorporada para o consórcio de empresas bem como a sua

posterior negociação no mercado. No que tange ao valor global qual foi avaliado o patrimônio e oferecido no edital, este em seguida já foi considerado aquém do que realmente valeria, devido a abundância dos bens disponibilizados. Formados por mais de 45 mil hectares de terras alguns com considerável reserva natural para ser explorada como o caso da propriedade da fazenda São Roque em Calmon, que possuía mais de 450 mil araucárias adultas, sem contar as demais espécies que haviam no local, terrenos urbanos em boas localizações em São Francisco – SC, e São Paulo – SP, os quais oportunizavam a instantânea venda ou utilização para fins comerciais, além de terrenos no norte e centro do Paraná, e as estradas de ferro, e o maquinário industrial da serraria em Três Barras.

Quanto a numerosa e rentável parcela de bens constituída pelos imóveis e riquezas naturais foi rápida a sua desmembração do patrimônio total, sendo logo após vendida para terceiros gerando assim lucros de forma fácil, visto que o pagamento ao governo federal foi de  $\text{R}\$50.100.000,00$  (cinquenta milhões e cem mil cruzeiros), superando em apenas cem mil o valor estabelecido pelo edital. Conforme foi apurado por uma CPI realizada no Congresso Nacional, o valor real dos bens da *Lumber Company* seria de cem milhões de cruzeiros, o que se tornou um negócio extremamente lucrativo para as empresas que adquiriram o patrimônio da empresa incorporada, exceto pela 20ª condição do edital que previa que os encargos trabalhistas da indústria em Três Barras – SC, que giravam em torno de  $\text{R}\$15.000.000,00$  (quinze milhões de cruzeiros), deveriam ser pagos pelo comprador do acervo.

### **SÓCIOS OU COMPARSAS? A manobra que deu origem ao Campo de Instrução**

Pouco se sabia dos negócios realizados pelas empresas que adquiriram o acervo da *Lumber Company*, mas muito se queria na região que se fosse aproveitado o que restou daquela velha senhora em prol do desenvolvimento da região. Ao que parece este não era somente o desejo do povo que ali vivia como também de potente autoridade o senhor governador Irineu Bornhausen como já dizia nota no jornal canoinhense *Correio do Norte*, “*Irineu Bornhausen tudo fará pelo desenvolvimento de nossa terra. Ele é amigo inseparável do Progresso*”.

A nota acima citada é de 23 de setembro de 1950, época bem conhecida pelos brasileiros a de Campanha Eleitoral, realizar-se-iam eleições municipais, e o Folhetim Udenista, partido do então governador, publicou como parte da campanha propagandas como a que se segue intitulada *IRINEU BORNHAUSEN E A LUMBER*:

O Governo Federal, mezes atrás, anunciou a venda do patrimônio da Lumber, abrindo para isso a necessária concorrência pública. Diversos prazos correram sem que fosse apresentada uma única proposta de compra. Agora, entretanto o sr. Irineu Bornhausen, grande industrial, de reconhecido e comprovado tirocínio administrativo, homem capaz de grandes realizações, veio de apresentar proposta de compra da Lumber que êle pretende reerguer, favorecendo Três Barras e o nosso Município.

Irineu Bornhausen é o único concorrente à compra da Lumber e desta forma é quasi certo que a proposta que apresentou será considerada.

Como vemos a imprensa da época noticia a compra da empresa pelo então governador, mas ao findar o edital são outras empresas comandadas até então unicamente pelo sr. Alberto Dalcanale que vencem a concorrência adquirindo assim o patrimônio da *Lumber*. No entanto o que os jornais Catarinenses não noticiam e fica claramente nas entrelinhas dada a exibição feita em prol da campanha eleitoral, é que Irineu seria sócio antigo das empresas de Dalcanale. A relação tão próxima dos sócios culmina no casamento de seus filhos, Ivete Terezinha Dalcanale e Paulo Konder Bornhausen em fevereiro de 1954.

Sendo até então conhecido apenas como empresário, o sr. Alberto Dalcanale, no decorrer da década de 1950 acaba se tornando foco de muitas notícias no estado do Paraná devido a sua atuação na política, esta, não de seu trabalho como um representante democrático devidamente eleito, mas sim, como alguém que se envolveu em diversos negócios espúrios afim de auferir vantagens, ou dar ar de legalidade em transações entre representantes eleitos e o governo do estado. Os negócios dos quais foi acusado envolviam comumente políticos udenistas como é o caso de Irineu e ao que parecem começaram já na década de 1940 compreendendo também a situação das empresas incorporadas ao patrimônio da união.

A título de exemplo Dalcanale foi personagem central no caso da Fábrica de Celulose de Arapoti, onde através da empresa Cia Madeireira Del Alto Paraná se envolveu na compra de terras do então senador Moysés Lupion, articulando sua venda logo após à Fábrica que era incorporada, tudo isso tendo como advogado o então procurador do estado Ostojá Roguski. Repercute também com sonora

ilegalidade o caso da apropriação por Dalcanale de cerca de 80 mil alqueires na região de Piquiri, estes considerados devolutos, no oeste do Paraná, as quais foram uma contribuição do governador Munhoz da Rocha em troca do financiamento da campanha política para o governo do estado.

Fica explícito o envolvimento do empresário em negócios escusos com as esferas governamentais, formando a dobradinha já bem conhecida pelos Brasileiros, a do capital com a influência política. Tristes são os desdobramentos que tem tais conchavos e acordos, como no caso do início da *Lumber* onde devido a anuência dos estados os sertanejos posseiros foram prejudicados, também no Paraná houve situação semelhante no caso de Piquiri, sem contar os rombos gerados aos cofres públicos.

Considerando o caso em tela, outro fator preponderante era o interesse do Ministério da guerra em instalar um Campo de Manobras na 5ª Região Militar. Ato contínuo após a aquisição dos bens da *Lumber* e sua rápida desagregação e transferência, Bornhausen e Dalcanalle, para livrar-se dos encargos financeiros devidos aos trabalhadores, sugerem ao Ministério da Guerra uma possível doação dos terrenos adquiridos em Três Barras para a instalação de um Campo de Instrução.

Comemorados por udenistas como marco para o progresso local principalmente pela intervenção do governador do estado para a célere confirmação do negócio, e predispondo-se ainda a desapropriar áreas adjacentes conforme fosse a necessidade do exército, o Correio do Norte publica a forma com que seriam tratadas as negociações para instalação do Campo de Manobras

Nisso tudo o que há de verdadeiro e podemos afirmar é o seguinte:

- 1 – Promovida a compra daquelas glebas pelo Governo do Estado o preço será estabelecido em comum acordo;
- 2 – Promovida a desapropriação judicial – recurso legal de que o Governo lançara mão quando não houver outra solução – caberá aos proprietários o direito de discutir o preço da coisa que então será avaliada judicialmente;
- 3 – Todos os proprietários terão, é natural, o prazo que necessitarem para a mudança;
- 4 – Todos os proprietários serão legalmente indenizados.

Pouco antes na mesma matéria o periódico cita que *“os que se opunham eram tais uma história de muitos anos atrás, de que não se devia instalar a Estrada de Ferro pela cidade de Canoinhas receosa do ruído e do resfolegar da “mula preta”. Tal oposição só era feita pelo Jornal Barriga Verde a qual já de antemão denunciava a*

“*uma das mais negras manobras para saquear a Fazenda Nacional*”. Esta manobra em si, traz novos problemas os quais demoram vários anos para serem resolvidos.

Primeiramente o motivo crucial para a transferência da *Lumber Company* novamente para o Exército Nacional, não se tratou de patriotismo, mas sua única finalidade foi livrar-se de uma serraria velha e decadente, com dificuldade para adquirir matéria prima, visto a devastação realizada nos territórios mais próximos, e os onerosos encargos trabalhistas dos operários ainda registrados na fábrica. Complementando o problema primário assumido pelo Ministério da Guerra, o Governo do Estado com extrema morosidade, desapropria os sertanejos que viviam nas terras adjacentes ao novo Campo de Manobras, não os indenizando corretamente, o que faz com que o Exército tome conta da situação realizando de forma truculenta a desapropriação forçada.

Quanto aos duzentos e cinquenta e quatro operários da Lumber, devido a uma gestão inábil e desinteressada da fábrica chegaram a ficar catorze meses sem receber salários, que foram indenizados após um esforço conjunto do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serraria e Móveis de Madeireira de Canoinhas, a Sociedade União Operária, do advogado da *Lumber*, políticos da região e o então Ministro do Trabalho João Goulart, em dezembro de 1953. Porém novos atrasos vieram afligindo a vida daqueles pobres operários e suas famílias, aos quais muitas vezes a única alternativa de sobrevivência foi pedir esmolas nas ruas do centro de Canoinhas.

No tocante a desapropriação ocorrida nos arredores da instalação do Campo de Instrução, devido a lentidão dos tramites estaduais, o Ministério da Guerra realizou através de Decreto em 1956 a encampação do território, inicialmente para que pudesse utilizar as terras para manobras. Com o passar do tempo haviam toques de retiradas com a alegação que era para a segurança dos moradores, para não serem atingidos pelas munições deflagradas durante as manobras, o que claramente era medida de intimidação visto que quem se negasse a sair tinha o quintal bombardeado.

Os proprietários que ali desenvolviam uma série de atividades agrícolas e já possuíam progresso considerável, descontentes tanto com propostas do Governo Federal e Estadual, quanto ao valor aquém que fora avaliado seu patrimônio, foram expulsos dirigindo-se para casas de parentes ou deixados em praça pública. Devido ao tempo instalado naquele local muitos já tinham considerável patrimônio que se

tratavam de lavouras produzindo, batata, milho e soja, ainda a criação de aves, suínos e bovinos, bem como extraíam erva mate e madeira da mata nativa. Com a expulsão imediata realizada e sem indenização, muitos perderam animais que ficaram nas invernadas, ou foram vendidos a toque de caixa, contratos firmados pela exploração da madeira, e lavouras que plantadas não puderam colher, além é claro do lar e da autoestima.

O objetivo do exército logo foi corrompido, ao oferecer em arrendamento as terras para alguns ex-proprietários, aos quais era permitido criar gado, e retirar a erva mate subvertendo assim a finalidade para qual foi desapropriada.

Várias foram as batalhas travadas pelos desapropriados afim de remediar a situação em que se encontravam. Inicialmente apelaram para os políticos locais, os quais negociavam com o governo federal de maneira ineficaz devido ao período em que se estabeleceu a ditadura militar. Houveram também acampamentos na porta do INCRA, a tentativa de invadir o território desapropriado, e também o engajamento de movimentos sociais e da Pastoral da Terra, onde nem uma delas surtiu o efeito esperado. Com a volta da democracia as negociações com o Governo Federal se encaminharam de forma mais clara, onde foram consideradas propostas quanto a permuta da área para outra região do estado e a devolução da terra para os herdeiros dos desapropriados.

O ato que mais surtiu efeito foi a batalha judicial iniciada em 1985 no qual o advogado das famílias ingressou com a ação e interpelou diversos recursos, até chegar a última instância com o julgamento do pelo STJ em dezembro de 2006. Atentando-se unicamente ao processo inicial, de 1956, o qual considerava paga as indenizações quando apenas 16 das 85 famílias realmente retiraram o dinheiro mesmo que irrisório perante o valor real do patrimônio, devido a maioria ter sido citada por edital, prescrevendo assim seu direito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O vexatório fim dado a Companhia não foi suficiente para dissolver os problemas, não por ela gerados, mas pela ganância e voracidade de quem dela fez um veículo para alcançar grandes fortunas, aliado sempre ao descaso e egoísmo de uma política votada para interesses próprios e não coletivos. Desta forma, a *Lumber*

*Company, Incorporada, Privatizada*, e devolvida ao exército não alcançou a finalidade a qual foi concebida.

Ao buscarmos na história política do Brasil, seja recente ou longínqua, existem diversos emaranhados de como este pode ser um ponto negativo na nossa trajetória como nação. Poucas são as vezes que encontramos coisas favoráveis realizadas pela classe política, de forma que essas desde seu prenuncio até sua completa realização sejam positivas a sociedade como um todo, e não apenas um jogo de interesse que beneficie somente uma classe, ou privilegie ainda mais alguns poucos abastados. O vislumbre proposto, não trata de ataques contra a classe política, mas sim de como o descaso com que foram negociados bens do estado e da nação prejudicaram o presente.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: História, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GOMES, Iraci Pereira. **Os Xokleng do Rio dos Pardos**. Maringá, 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Passo Ruim 1968**: As estratégias dos Xokleng nas fronteiras de seus territórios do alto do rio Itajaí. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 169-193, maio/ago. 2017 Epub 17-Ago-2017

## FONTES CONSULTADAS

Jornal Conservador, Desterro, a. 5, n. 273. 03 dez. 1888

Solicitação ao Presidente da Província do Paraná (27/02/1872). Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas do Paraná Provincial, 1871 – 1892.

**AGRADECIMENTO:** “O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina – UNIEDU”.

**Artigo recebido em:** 13/02/2020

**Artigo aprovado em:** 22/03/2020

**Artigo publicado em:** 02/12/2020